

As eleições de 2004 em Moçambique: escolhas, implicações e visões*

∞ ANNE PITCHER

PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DE COLGATE, EUA

Moçambique teve, na última década, três eleições gerais, passando a integrar a lista crescente dos países designados «democracias emergentes». Cada uma destas eleições foi marcada por irregularidades. Moçambique exhibe um padrão familiar, no qual a vantagem tende para o incumbente, a oposição é privada de recursos e os eleitores tendem a desiludir-se.

*ARTIGO PUBLICADO EM SIMULTÂNEO NA REVISTA *POLITIQUE AFRICAINE*.

Introdução

A controvérsia parece constituir a imagem de marca das várias eleições que se têm realizado em todo o mundo de há alguns anos para cá. Na Ucrânia, os eleitores regressaram novamente às urnas, depois de as eleições iniciais terem sido invalidadas devido a ilegalidades perpetradas pelo candidato do partido no poder, Viktor Yanukovich. Na segunda volta do escrutínio, os eleitores repudiaram as suas acções e elegeram para a presidência o seu oponente, Viktor Yushenko. Nas eleições recentes do Iraque, os eleitores das áreas Sunni fizeram um boicote esmagador às eleições, pondo em questão a legitimidade de qualquer novo governo que não tenha representantes para cerca de 20% da população. Nos Estados Unidos, no contexto de uma competição extremamente cerrada, uma perversa campanha negra dirigida contra o candidato da oposição e sancionada pelo partido no poder, influenciou o resultado a favor do Presidente incumbente, George Bush. E, finalmente, em Moçambique, as acusações de ilegalidade, o desaparecimento de livros de registo de eleitores, as falhas de *software*, as detenções e intimidações e a fraca afluência às urnas, mancharam as terceiras eleições gerais para o Parlamento e para a Presidência do país.

Portanto, por uma vez que seja, um país africano não pode ser descrito por aquilo que não é. Pelo contrário, as características da democracia moçambicana, embora não constituam uma réplica exacta de outros países, são certamente bastante comuns. Moçambique teve, na última década, três eleições gerais, passando a integrar a lista crescente dos países designados «democracias emergentes». Cada uma destas eleições foi marcada por defeitos e irregularidades, embora isto seja uma característica associada a outras democracias, incluindo a dos Estados Unidos. Além disso, exhibe um padrão familiar, no qual a vantagem tende para o incumbente, no qual a oposição é privada de recursos, e no qual os eleitores pacientes, comprometidos, tendem a ser desiludidos pelos seus representantes, levando a que muitos deles se afastem, repugnados. As suas experiências confirmam aquilo que todos nós, de resto, já sabemos: que a democracia é imperfeita, mas que a maioria dos cidadãos, na maioria das vezes, prefere-a à ditadura.¹

As experiências eleitorais de Moçambique podem ser típicas de uma democracia emergente, mas para o moçambicano comum o resultado das eleições traz consequências reais e duradouras. Neste artigo, irei analisar as características particulares das terceiras eleições nacionais moçambicanas, e o que essas características dizem acerca dos eleitores, dos partidos e do processo de democratização de Moçambique. Em seguida, irei discutir os significados político e, especialmente, económico, da vitória presidencial de Armando Guebuza, e das escolhas que este fez a nível ministerial. Exploro os diversos

desafios que o novo governo enfrenta e as respostas que, provavelmente, dará a esses desafios. Demonstro de que maneira a escolha de Guebuza representa um distanciamento do estilo de governação de Chissano, mas também a forma como a permanência da Frelimo no poder mantém o *status quo* político e económico.

A minha tese é a de que, embora as falhas e irregularidades associadas a eleições anteriores tenham persistido nas eleições mais recentes, emergiram também novas formas de participação e de contestação por parte dos moçambicanos. O envolvimento crescente dos moçambicanos, como observadores nacionais ou como funcionários eleitorais, através de associações e em reuniões comunitárias, podem conduzir a uma maior responsabilidade governamental e, em última análise, reforçar e dar energia ao sistema político. Igualmente significativo, contudo, é o facto de as eleições condensarem o apogeu da viragem neoliberal de Moçambique, marcando uma nova fase de consolidação capitalista. Elas indicam o fim de um longo processo iniciado nos anos 80, mas muito acelerado após 1994, de venda de activos públicos, de construção de uma cultura empresarial, de estímulo ao investimento e, conseqüentemente, de criação uma elite política e económica centralizada e extremamente integrada. Agora que a transição económica está completa, o partido governante e a elite em expansão enfrentam novos desafios, nomeadamente a segurança dos direitos de propriedade privada, as acusações de corrupção, a expansão das redes de criminalidade, o desemprego, a pobreza persistente e a SIDA. A escolha de Guebuza, primeiro pela Frelimo (Frente para a Libertação de Moçambique), depois pelo eleitorado e, por sua vez, as escolhas ministeriais de Guebuza, indicam que nos anos vindouros podemos esperar que o partido governante proteja a propriedade privada e solidifique a adesão de Moçambique ao capitalismo milenar. Ao mesmo tempo, num contexto de insatisfação crescente, o governo irá provavelmente denunciar, mas não suprimir, a corrupção, e irá gerir, mas não eliminar, a desigualdade, o desemprego e a pobreza. Em seguida traçamos os contornos destas imperfeições e antecipamos a abordagem do partido.

Uma democracia vulgar, imperfeita

É importante não encarar as eleições gerais de 2004 como representativas de tudo o que está certo ou errado na democracia moçambicana. Como muitos académicos têm defendido, a «falácia do eleitoralismo» ou a tendência para igualar eleições a democracia pode conduzir, em muitos casos, a uma valorização excessivamente optimista acerca da dimensão das escolhas políticas que estão efectivamente ao dispor do eleitorado, da profundidade das liberdades políticas existentes no país, dos direitos de os cidadãos participarem no

processo político para lá do período de campanha eleitoral, e da habilidade dos cidadãos para assegurarem representantes responsáveis por outras vias para além do voto.²

Os académicos avisam que, se as eleições forem encaradas como uma imagem da solidez da democracia de um país, poder-se-ão negligenciar os desafios e as barreiras existentes a uma efectiva participação e contestação.

Pelo contrário, se nos fixarmos demasiado nas eleições de 2004 em Moçambique poderemos chegar a conclusões decididamente pessimistas acerca da saúde do sistema político deste país – já que a maioria dos comentários acerca das eleições produzidos pelos partidos da oposição, pela maioria dos observadores internos e internacionais, pelos jornalistas e pelo cidadão comum, foram negativos.

Durante a campanha, nalgumas partes do país, os apoiantes do partido institucional perseguiram e intimidaram membros do partido da oposição. Apoiantes da oposição foram presos devido a falsas acusações, ficando, por vezes, detidos vários dias. Ao longo do processo eleitoral, alguns observadores eleitorais nacionais e agentes eleitorais do partido da oposição tiveram dificuldade em receber a acreditação que lhes permitia observar a votação nos cerca de 12.807 postos eleitorais do país. Após as eleições, os resultados de mais de 5,5% dos votos depositados nas urnas não foram contabilizados na última contagem, devido a uma série de «erros» em boletins individuais de voto, e à perda, roubo ou falsificação de resultados. O *software* para a contabilização informática dos votos não funcionou, os membros da comissão eleitoral nacional também impediram os observadores de assistirem à contagem final, e a afluência às urnas foi muito baixa, sugerindo uma insatisfação generalizada com as escolhas disponíveis.³

A província de Tete, onde trabalhei como observadora internacional, de curto prazo, do Carter Center, ilustrou a nível microcómico a incompetência e as irregularidades associadas ao processo eleitoral.⁴ Foram vários os episódios de provocação, intimidação e perseguições policiais. Durante a campanha, os encontros agendados da Resistência Nacional Moçambicana-União Eleitoral (Renamo-UE) – uma coligação do maior partido da oposição, a Renamo, com outros nove pequenos partidos – foram interrompidos por distúrbios e gritos. Num encontro público que decorreu no norte da província, a polícia prendeu representantes do PDD (Partido da Paz, Desenvolvimento e Democracia) com base em acusações inconsistentes, detendo-os durante vários dias. O PDD é um novo partido da oposição formado por Raul Domingos, um ex-membro parlamentar da Renamo. Mesmo antes das eleições, um oficial da Frelimo aumentou a tensão ao espalhar o rumor de que uma milícia armada da Renamo estava pronta para criar desordem, caso as eleições não

fossem favoráveis a este partido. No entanto, o oficial não deu nenhuma prova consistente que sustentasse a sua acusação.

Há medida que as eleições se desenrolaram, a incompetência e a fraude fizeram um conluio para negar aos cidadãos o seu direito de voto. Embora a data das eleições fosse conhecida com bastante antecedência, vários postos de votação em partes mais remotas da província ainda não tinham recebido os materiais de voto no *próprio* dia da eleição. No distrito de Changara – onde eu e um observador de longo prazo do Carter Center observámos a eleição durante os dois dias de votação – um posto de votação isolado que visitámos não tinha o livro de registo dos eleitores, o que potencialmente privava cerca de 500 eleitores do seu direito de voto. A afluência às urnas, que parecia ser grande no primeiro dia, reduziu-se dramaticamente a meio do dia seguinte. Apenas cerca de metade dos locais de voto contaram com a presença de delegados dos partidos da oposição para observar o processo eleitoral ou contar os votos. Pior ainda, aparentemente os apoiantes do partido institucional atulharam as urnas durante a noite, a fim de dar à Frelimo uma vitória esmagadora num distrito em que a competição era muito cerrada.

Actos semelhantes ocorreram em vários distritos e províncias de todo o país. No que diz respeito às irregularidades da contagem, as estimativas são de que estas tenham afectado os resultados de cerca de 15% dos locais de voto. Além do mais, as irregularidades a nível local combinaram-se com as acções a nível nacional. A Comissão Nacional Eleitoral (CNE), em particular, suscitou críticas por parte dos observadores internacionais, dos jornalistas moçambicanos e também do Conselho Constitucional. A CNE está encarregue de todo o processo eleitoral e trabalha de forma estreita com um organismo técnico – o Secretariado Técnico para a Administração Eleitoral (STAE) – com vista a organizar tudo, desde o registo dos eleitores até à compilação dos resultados finais. A CNE é constituída por dez representantes da Frelimo e oito da Renamo; ora, sendo o consenso recomendado, mas não exigido, o partido do governo tem um voto maioritário em qualquer tomada de decisão. Consequentemente, os críticos afirmam que a CNE se tornou num órgão altamente politizado e controlado pelo partido governante.⁵ Antes das eleições, por exemplo, a CNE recusou anunciar os números exactos de locais de voto e de eleitores registados, tornando difícil calcular precisamente quantos eleitores votaram, e onde votaram. Além disso, a contagem final dos votos foi realizada em completo segredo pela CNE, deixando aberta a hipótese de manipulação dos resultados.⁶

Estas maquinações colocam dúvidas acerca do empenho do governo relativamente a um processo eleitoral justo e transparente. Além disso, tais maquinações eram, provavelmente, desnecessárias. O candidato presidencial da

Moçambique: eleições presidenciais

Resultados por província em 2004 e 1999

em % dos votos válidos

Quadro 1

	2004		1999	
	Guebuza	Dhlakama	Chissano	Dhlakama
Niassa	67.3	28.3	43	57
Cabo Delgado	77.6	18	66	34
Nampula	49.8	44	43	57
Zambezia	37.5	56.8	28.2	71.8
Tete	74.2	22.2	40.2	59.8
Manica	47.4	47.5	34	66
Sofala	26.1	68.5	20	79.9
Inhambane	83.7	10.6	71	28.9
Gaza	96.4	1.8	95.1	4.9
Prov. de Maputo	89.2	8.6	90	10
Cidade de Maputo	85.2	12.9	86.7	13.3
Totais	63.7	31.7	52.3	47.7

Fontes: Resultados de 2004 da AWEPA, *Mozambique Political Process Bulletin, Election e-mail special issue*, 33 (3 de Janeiro de 2005), <http://www.mozambique.mz/awepa/issues.htm>. Para os resultados de 1999, ver M. Cahen, "Moçambique: L'Instabilité comme Gouvernance?", *Politique Africaine*, n.º 80 (Dezembro de 2000), p. 132.

Moçambique: eleições parlamentares

Resultados por província em 2004 e 1999

em número de assentos ganhos*

*O número total de assentos parlamentares é 250. Entre 1999 e 2004, algumas províncias acrescentaram ou perderam assentos. Foram acrescentados dois lugares em representação dos moçambicanos que residem noutros países africanos e na Europa.

Quadro 2

	2004		1999	
	FRELIMO	RENAMO	FRELIMO	RENAMO
Niassa	9	3	6	7
Cabo Delgado	18	4	16	6
Nampula	27	23	24	26
Zambezia	19	29	15	34
Tete	14	4	8	10
Manica	7	7	5	10
Sofala	6	16	4	17
Inhambane	15	1	13	4
Gaza	17	0	16	0
Prov. de Maputo	12	1	12	1
Cidade de Maputo	14	2	14	2
África	1			
Europa			1	
Totais	160	90	133	117

Fontes: Resultados de 2004 da AWEPA, *Mozambique Political Process Bulletin, Election e-mail special issue*, 36 (27 de Janeiro de 2005), <http://www.mozambique.mz/awepa/issues.htm>. Para os resultados de 1999, ver M. Cahen, "Moçambique: L'Instabilité comme Gouvernance?", *Politique Africaine*, n.º 80 (Dezembro de 2000), p. 132.

Frelimo, Armando Guebuza, obteve uma vitória esmagadora, com 63,74% dos votos. Em comparação com a estreita vitória do Presidente Chissano nas eleições de 1999 – nas quais apenas ganhou nas três províncias do sul, na cidade de Maputo e em Cabo Delgado – Guebuza ganhou adicionalmente nas províncias de Niassa, Nampula e Tete. Nesta última, ele obteve mais 30% de votos do que o anterior presidente; uma margem de vitória tão grande sugere que a fraude desempenhou aqui um papel. Mas, surpreendentemente, ele também ganhou mais 13% na província de Manica, perdendo a favor do candidato Dhlakama por apenas um décimo percentual. A Frelimo também obteve ganhos no Parlamento. De um total de 250 membros parlamentares, 160 representam a Frelimo, enquanto 90 são da coligação Renamo-UE. Em comparação com 1999, a Frelimo ganhou, ou pelo menos manteve, assentos parlamentares em todas as províncias. Nenhum outro partido conquistou assentos no Parlamento (Quadros 1 e 2).

As irregularidades e os resultados eleitorais sublinham as assimetrias existentes nos recursos, no poder e na legitimidade dos dois principais partidos, Frelimo e Renamo. O partido do governo conta com a sua longa incumbência, desde 1975, para atrair apoios financeiros, controlar o acesso à polícia e aos *media*, e apelar aos eleitores. Além disso, as manobras e a monopolização dos recursos financeiros por parte da Frelimo enfraqueceram a Renamo. Contudo, as lutas internas no seio da Renamo, a sua desorganizada agenda política, a liderança inconsistente e o hábito de Afonso Dhlakama de afastar qualquer pessoa do partido a quem ele considere uma ameaça ao seu poder de

base, privaram o partido de quadros competentes e empenhados. A saída de Raul Domingos, que era tão capaz quanto popular, constitui um exemplo. Embora o partido formado por Domingos não tivesse ganho nenhum lugar no parlamento, ele dirigiu uma campanha disciplinada com uma mensagem clara e apelativa. Se o PDD conseguir expandir a sua base nos próximos anos, ele constituirá uma séria ameaça à Renamo. Mas, de momento, nenhum partido da oposição consegue fazer face à força da Frelimo.

O significado do empenhamento cívico

Face ao que foi exposto, poderia ser fácil concluir que Moçambique é uma pseudo-democracia, uma democracia «liberal» ou «virtual» – mais aparente do que real – conduzindo falsas eleições para disfarçar um Estado autoritário. Esta avaliação poderia não ser completamente excluída, mas vários desenvolvimentos moderam tal conclusão, nomeadamente: a conduta dos eleitores, a criação do Observatório Eleitoral e o profissionalismo e a composição da maioria dos funcionários eleitorais. Em primeiro lugar, embora a afluência às urnas tenha sido metade da registada nas primeiras eleições moçambicanas, em 1994 – nas quais se estimou que 88% do eleitorado exerceu o seu direito de voto – aqueles eleitores que participaram no acto eleitoral levaram-no a sério. Em vários locais de voto da província de Tete, a qual visitei, eleitores jovens, idosos, homens, mulheres, letrados e analfabetos, aguardaram pacientemente sob o sol quente para depositar o seu voto. As conversas informais que tive com alguns destes eleitores indicaram que eles valorizavam a oportunidade de votar e queriam que o seu voto contasse. Observadores eleitorais internacionais de outras partes do país relataram situações semelhantes. Além disso, os inquéritos de opinião pública conduzidos no país em 2003 sugerem igualmente que os moçambicanos estão muito interessados em assuntos políticos, e que louvam os avanços das liberdades políticas registados desde os anos 90. Mais importante ainda, cerca de 59% dos inquiridos acreditava que os representantes eleitos ouviriam as suas preocupações, caso eles formassem um grupo para falar com os seus oficiais.⁷ Tais respostas indicam um grau de confiança no sistema político.

Em segundo lugar, estas eleições testemunharam um grande activismo por parte dos observadores eleitorais nacionais. Após as irregularidades evidentes e a violência das eleições gerais de 1999, várias organizações religiosas e não-governamentais juntaram-se para formar um organismo denominado Observatório Eleitoral, com o objectivo de monitorizar as eleições moçambicanas de uma forma mais sistemática e de exigir uma maior responsabilidade da parte dos partidos políticos participantes. O Observatório foi instrumental em conseguir que todos os partidos participantes nas eleições gerais de 2004

assinassem um Código de Conduta Eleitoral em Maio desse ano, no qual os partidos se comprometeram a aderir à lei eleitoral e a promover um clima de paz durante a campanha. Além disso, o Observatório Eleitoral treinou 1600 funcionários nacionais para desempenhar a função de observadores nos vários postos de votação do país. Com apoio técnico do Centro Carter, eles efectuaram, de forma paralela, uma contagem dos votos, deslocando-se fisicamente a postos de votação seleccionados e recolhendo os resultados dos boletins de voto para verificar se a contagem tinha sido correcta. Consequentemente, a sua presença tornou possível a detecção de irregularidades e fraudes eleitorais, e poderá ter reduzido a intimidação. Finalmente, as suas acções contribuíram para um declínio do nível de violência. Contrariamente ao que sucedeu em 1999, poucas vidas se perderam em resultado da campanha eleitoral de 2004.

A importância de ter 1600 observadores que valorizam a transparência, que actuam com profissionalismo, que procuram mobilizar outras pessoas para se envolverem no processo democrático e que exigem responsabilidade da parte dos políticos e dos partidos, poderá estender-se para lá das eleições, e influenciar o futuro do sistema político de Moçambique. De acordo com um estudo de Sharon Lean, os observadores eleitorais nacionais podem dar o toque de civismo para o empenhamento e para a discussão de uma política democrática, isto é, podem «ensinar democracia». Se eles fizerem uma gestão financeira responsável e transparente das suas próprias organizações, podem, através das suas acções, «moldar a democracia», demonstrando aos outros que esta pode ser exercida ao nível local. Além disso, os observadores podem «comunicar democracia» servindo de interlocutores entre o governo e a população, ou levando a sua experiência cívica aos organismos governamentais ou profissionais, alterando assim a cultura organizacional do processo.⁸ Embora o impacto dos observadores eleitorais nacionais no sistema político de Moçambique exija um estudo sistemático, a sua mera emergência e o papel activo que desempenharam nas eleições de 2004 constituem um facto promissor.

Em terceiro lugar, muitos observadores internacionais destas eleições e de outras anteriores afirmaram que os funcionários locais dos postos de votação actuavam com grande profissionalismo, em contraste com as autoridades da Comissão Nacional Eleitoral que foram apontados pela sua incompetência e sigilo.⁹ As autoridades eleitorais locais, muitas das quais mulheres, levaram o seu trabalho muito a sério e explicaram pacientemente aos eleitores como o seu voto era secreto e como preencher os boletins de voto. Num local de voto onde eu observei a contagem dos votos na noite das eleições, os funcionários públicos contaram e recontaram os boletins de voto porque tinham uma dife-

rença de três votos entre o número de boletins deitados nas urnas e o registo do número de eleitores que tinha depositado o seu voto na urna. Eles consultavam frequentemente o manual eleitoral relativamente a assuntos de procedimento e registaram meticulosamente os resultados nas folhas de resultados oficiais. Muitos dos 60 observadores do Centro Carter que monitorizaram as eleições em diversos pontos do país, assim como outras organizações internacionais de monitorização, registaram observações semelhantes.

Embora as eleições moçambicanas tivessem defeitos, contudo, o comportamento dos eleitores, o papel dos observadores nacionais, e a dedicação das autoridades eleitorais sugerem, num todo, que muitos cidadãos estão a «aprender democracia», isto é, estão cada vez mais preparados para contestar irregularidades, violência e comportamentos pouco éticos, e compreendem perfeitamente o significado da escolha eleitoral. Estas constatações reforçam os poderosos argumentos de Leslie Anderson e Lawrence Dodd num trabalho a publicar proximamente sobre a democratização na Nicarágua. Em *Learning Democracy: Citizen Engagement and Electoral Choice in Nicaragua, 1990–2001*, desafiam os convencionais requisitos apontados para uma democracia e sublinham a capacidade e o desejo do cidadão comum – mesmo em situações muito difíceis – de se empenhar significativamente no sistema político.¹⁰ Embora Moçambique tenha uma história e instituições diferentes das da Nicarágua, contudo, também os seus cidadãos estão a demonstrar um activismo com objectivos e a exigir responsabilidades [políticas]. Para lá dos seus variados papéis no âmbito do processo eleitoral, os moçambicanos estão também cada vez mais mobilizados sobre temas como o desemprego ou a SIDA. Participaram em discussões relativamente à legislação fundiária e à visão estratégica de Moçambique para o futuro, a Agenda 20/25. O significado destes desenvolvimentos estende-se, portanto, para lá do momento eleitoral, influenciando o sistema político no seu todo.

Irá Armando Guebuza fazer a diferença?

Se por um lado estas manifestações de empenhamento cívico salvam Moçambique do compartimento da «pseudo-democracia», por outro, qual é o significado substantivo do resultado destas eleições? O que representa a escolha [pelo eleitorado] de Armando Guebuza – um partidário da Frelimo que abraçou o capitalismo empresarial de forma tão ardente quanto aderiu, há vinte anos, ao Marxismo-Leninismo e ao socialismo? Por outro lado, como poderão as escolhas ministeriais de Guebuza afectar o futuro económico e político de Moçambique?

Vale a pena lembrar que a Frelimo é um partido extremamente respeitado no continente africano. Nos anos que se seguiram à independência, pode

ter sido demasiado Marxista para o Ocidente, e não suficientemente Marxista para muitos Marxistas empenhados, mas era um partido disciplinado e com princípios. Durante os anos em que o Marxismo-Leninismo foi oficialmente adoptado, a procura de lucro era mínima, particularmente nos escalões mais altos do partido de Estado e nas grandes empresas públicas. Quando tal acontecia, era aberta e fortemente condenado. Contudo, em anos mais recentes, o partido e, por extensão, o governo, tornaram-se frouxos e indisciplinados. Passou a haver tolerância com a corrupção, até com a criminalidade, e os escândalos arruinaram o país. Os assassinatos de um jornalista muito respeitado, Carlos Cardoso, e do director interino do Banco Austral, António Siba-Siba Macuacua, ultrajaram os moçambicanos. Após o colapso financeiro do Banco Austral, estas duas personalidades trabalharam arduamente com o objectivo de expor os proeminentes e politicamente bem conectados receptores de vários empréstimos efectuados pelo Banco Austral, os quais nunca foram aplicados para o fim a que se destinavam, e investigar as alegações de fraude no seio do sector bancário. A morte violenta destes dois indivíduos danificou a imagem do partido, minou a credibilidade do governo, e embaraçou o país nos círculos internacionais.¹¹

Para fazer face às crescentes críticas, o partido escolheu Armando Guebuza, um fiel do partido que participou no movimento de libertação nos anos 60, e cuja reputação está associada à disciplina rígida, dureza, ordem e gestão eficiente. O *slogan* da campanha da Frelimo, «A Força da Mudança», capta convenientemente o percurso profissional de Guebuza. Nos últimos 40 anos, ele atravessou de forma bem sucedida as alternantes sortes do país, sobrevivendo até aos seus próprios erros de opinião. Enquanto Ministro do Interior, logo após a independência, ele ganhou a alcunha de Senhor Vinte-e-quatro/Vinte, pela sua associação à detestável ordem 24/20. Receber uma 24/20 significava que se tinha 24 horas para sair do país com 20 quilos de bagagem. Segundo era relatado, Guebuza dava essa ordem aos colonos portugueses cujas actividades eram consideradas antiéticas face aos objectivos da revolução.¹² Além disso, enquanto Ministro do Interior, novamente em 1983, Guebuza era o responsável pela Operação Produção, uma tentativa desastrosa de recolher pessoas suspeitas de estarem desempregadas em Maputo, e aproveitá-las para as empregar em fábricas e campos agrícolas noutras partes do país. Entre estes dois cargos como Ministro do Interior, a experiência de lei e de ordem de Guebuza estendeu-se à Defesa onde, enquanto adjunto do Ministro (entre 1977 e 1983), ele ajudou a coordenar as respostas iniciais do governo face ao crescimento da Renamo.¹³

À sua imagem de homem forte, Guebuza acrescentou uma reputação de eficiência, enquanto Ministro dos Transportes e das Comunicações, entre

1987 e 1994, em particular no que diz respeito à administração dos aeroportos de Moçambique.¹⁴ Mais significativo ainda, durante os anos 90, ele tornou-se num habilidoso político e diplomata. Ele foi o chefe da equipa de negociação do governo que, de forma bem sucedida, alcançou um acordo de paz com a Renamo, em 1992, trazendo ao fim uma guerra de 16 anos. Posteriormente, Guebuza ocupou um cargo na comissão das Nações Unidas encarregue de supervisionar a transição para a paz e as primeiras eleições democráticas do país, em 1994. Finalmente, desde 1994, Guebuza foi, por duas vezes, chefe da bancada parlamentar da Frelimo, e é extremamente popular entre os fiéis do partido.¹⁵

A margem de vitória de Guebuza sugere que, tal como o partido, os eleitores poderão tê-lo perdoado pelas suas indiscrições passadas, ou até admirá-lo por isso. Com o crime a alastrar pelo país, os eleitores poderão ter considerado atractiva a reputação de Guebuza dirigir severamente a embarcação, assim como as suas frequentes afirmações contra a corrupção. A sua propensão para a eficiência poderá ter convencido o partido e a população de que as suas promessas relativas à restauração da integridade do processo político, acelerar os procedimentos legais, e exigir responsabilidade dos governantes eram credíveis. É demasiado cedo para saber se Guebuza irá cumprir estas promessas, mas a sua reputação permite-nos, pelo menos, antecipar de que modo o sistema político poderá ser afectado. No que diz respeito ao processo eleitoral, é provável que a lama/lodo que era tão evidente nas últimas eleições diminua e o governo se torne mais eficiente a realizar eleições. Deverão verificar-se melhorias na entrega do material eleitoral, no uso de *software* mais fiável e, provavelmente, resultados eleitorais mais céleres. Espera-se que Guebuza imponha uma maior disciplina política e partidária, que reprima os abusos ou, pelo menos, que os mantenha afastados do conhecimento público, e que procure uma maior coordenação entre os diferentes organismos públicos encarregados do processo eleitoral. No entanto, estas mesmas características de aplicação da lei e da ordem sugerem que Guebuza irá seguir uma linha dura contra quaisquer ofensas ou truques desonestos por parte da Renamo ou de qualquer outro partido da oposição, o que poderá exacerbar as divisões no país.¹⁶ Além disso, a intimidação e o segredo irão provavelmente continuar a existir e o partido no poder irá controlar a maioria dos recursos.

A consolidação da riqueza e a protecção dos ricos

A reputação de Guebuza como homem forte irá também afectar outra área que se tem vindo a modificar de forma significativa ao longo das duas últimas décadas: a economia. Como muitos observadores de Moçambique já saberão, o governo começou a afastar-se lentamente da economia dirigida em

1984. Convidou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial a recomendar um programa de liberalização económica e ajustamento estrutural, o qual adoptou no final da década de 80. A Constituição de 1990 eliminou as referências ao socialismo e reconheceu a contribuição que o sector privado poderá fazer para o desenvolvimento de Moçambique. Com a assinatura do acordo de paz em 1992 e a vitória da Frelimo em 1994, o governo procedeu agressivamente à venda das empresas estatais a investidores nacionais e estrangeiros e cortejou o capital privado com a promessa de um clima de investimento favorável. Com a construção de Mozal I e II, duas fábricas de fundição de alumínio, Moçambique pode actualmente vangloriar-se de ter sido o receptor do maior montante de investimento estrangeiro em África nos últimos anos. Os discursos dos oficiais públicos estão em sintonia com as mudanças económicas estruturais, referindo repetidamente as «iniciativas de desenvolvimento espacial», «corredores», «mega-projectos», «joint-ventures» e outras frases associadas ao capitalismo do século XXI.

Agora que a maioria dos activos públicos foi vendida ao sector privado, teve início uma nova fase de consolidação do capitalismo. Os activos terão de ser promovidos e diversificados, a propriedade legalizada e protegida, e as novas instituições económicas apoiadas e fortalecidas. Visto que o Presidente Guebuza foi um dos maiores beneficiários da privatização, tem um interesse não só político, mas também pessoal, em acelerar este processo. Ele é reputado como um dos homens mais ricos de Moçambique, facto que lhe mereceu uma nova alcunha, a de «Mr. Gue-business». Ele está no vértice de um vasto conglomerado industrial, comercial e financeiro, que está horizontal e verticalmente ligado a outros membros de topo da Frelimo, às Forças Armadas, ao Estado moçambicano e aos investidores estrangeiros através de parcerias, participações cruzadas de capital, sociedades de participação, consórcios e direcções interligadas. O termo «preservação transformativa» descreve de forma muito apta a maneira como este processo se desenrolou ao longo dos últimos dez anos: o governo Frelimo engendrou uma transição de um Estado de partido único para uma democracia eleitoral, de uma economia dirigida para uma economia movida pelo sector privado, de tal modo que os membros-chave do partido governante retiveram o poder político e asseguraram o acesso a muitas ex-empresas públicas que se tornaram lucrativas.¹⁷

A entrada de Guebuza no sector privado deu-se com a aquisição, em 1991, de uma quinta de criação de patos fora [nos arredores?] de Maputo.¹⁸ Embora Guebuza alegue que a criação de patos é a sua fonte de riqueza (afirmação que desde logo deu origem a uma série de piadas e de *cartoons* nos jornais e nos *blogs* moçambicanos), Guebuza detém vários investimentos lucrativos. Ele e a sua família têm interesses em sectores tão diversos como: transpor-

tes, construção, água, materiais eléctricos, venda de viaturas, pesca, hotéis e *media*. Ou ele, ou as suas empresas, investiram na nova auto-estrada que liga Maputo a Witbank, na África do Sul; na empresa Cornelder, encarregada da gestão dos portos; na Águas de Moçambique, empresa privada que gere os sistemas hídricos em cinco cidades provinciais, e a qual também inclui um dos seus rivais das eleições presidenciais, Raul Domingos; e Sinergisa, uma holding que faz investimentos nos sectores da água, electricidade, telecomunicações e outros serviços.¹⁹ Pelo menos um dos seus empreendimentos recebeu um empréstimo de dois milhões e meio do tesouro moçambicano. Este empréstimo poderá, de facto, ser um donativo já que, de acordo com o Tribunal Administrativo encarregue de inspecionar as contas públicas, «a maioria dos empréstimos não estão a ser reembolsados».²⁰

O que fará então o Presidente «Gue-business», agora que ele aliou a mais poderosa posição política do país aos seus vastos interesses financeiros? Consistente com a sua experiência, competências e interesses empresariais, podemos esperar/supor que ele e o seu governo irão aumentar a protecção de pessoas e bens, fazer cumprir a lei no que diz respeito à segurança dos direitos de propriedade, endurecer as multas e os castigos para os crimes de roubo, e reforçar o poder judiciário no que se refere aos contractos e aos danos civis – desde que tal sirva os interesses do capital. Caso tente reduzir os crimes contra as pessoas e a propriedade, o governo iria de facto enfrentar um problema que muitos moçambicanos têm identificado nos inquéritos de opinião pública como um ponto fraco da actuação do governo ao longo dos anos.²¹ Adicionalmente, também se espera que o novo governo aumente as oportunidades de crescimento do sector privado, que dinamize os procedimentos para o estabelecimento de novos negócios, e que reduza as formalidades burocráticas – esforços que irão, sem dúvida, satisfazer o sector privado. Além disso, continuará provavelmente a procurar «pequenas parcerias» nos transportes, turismo, serviços e indústria para os abastados e bem conectados moçambicanos, e a tornar o clima mais favorável ao investimento. Conhecido como um nacionalista, é também provável que Guebuza persiga/prossiga o equivalente moçambicano do Favorecimento Económico Negro ao favorecer os investidores e as empresas nacionais e ao utilizar o seu considerável charme pessoal para encorajar os investidores estrangeiros a reforçar os laços com os nacionais.²²

Os vastos investimentos e holdings de Guebuza levaram alguns a especular que, agora que ele ocupa a Presidência, irá surgir um conflito de interesses entre as suas actividades económicas e políticas. Caso ele deseje favorecer os seus próprios negócios, ou recorrer ao Tesouro Nacional para os financiar, poucos meios haverá para exercer uma fiscalização ou para refrear

tais comportamentos/acções, o que preocupa Marcelo Mosse, um jornalista e investigador independente moçambicano.²³ Em resposta às preocupações com o seu eventual conflito de interesses, Guebuza afirmou ao *Business Day of South Africa* que «não haverá nenhum conflito de interesses enquanto for Presidente, porque ele já se divorciou de forma substancial da gestão dos seus investimentos. «O meu negócio será o negócio da política».²⁴ Além disso, logo após as eleições, tanto ele como o novo Ministro do Interior, José Pacheco, prometeram eliminar a corrupção e denunciaram as «práticas anti-éticas».²⁵

Confrontando ou evitando a desigualdade?

Mesmo que honre a sua promessa de não misturar negócios com política, não há dúvida de que Guebuza é parte de, e ajudou a forjar, uma nova elite cosmopolita, firmemente entrincheirada nas áreas urbanas de Moçambique. O seu estilo de vida e os seus interesses divergem acentuadamente da maioria dos moçambicanos, e a diferenciação crescente, ainda que não seja exacerbada pela corrupção, é visivelmente aparente. Enquanto a elite ocupa casas em bairros de luxo como Sommerschild e Polana na capital de Maputo, muitos dos pobres da capital vivem em cabanas lamacentas de ruas sujas. Apesar do crescimento dentro e à volta de Maputo (60% do investimento é feito nesta zona), a percentagem de moçambicanos que vive na pobreza é maior na capital, e Maputo é a região do país onde se verificam mais desigualdades, com um coeficiente de Gini de 0,52.²⁶ A região de Maputo-Matola registou um aumento do desemprego devido às reduções da mão-de-obra efectuadas antes das privatizações, ou à falência de empresas que se lhe seguiu.²⁷

Embora o partido institucional continue a receber o apoio esmagador dos eleitores do sul, este apoio não constitui uma aprovação sem reservas da gestão económica do governo. Isto constitui seguramente uma grande preocupação para o partido. De acordo com um inquérito nacional de opinião pública conduzido em 2002, quase metade dos sulistas inquiridos achava que as suas condições de vida eram piores que as de outros moçambicanos. Por seu turno, a maioria (70%) dos inquiridos do centro e do norte do país achava que as suas condições de vida eram melhores. Tais respostas reflectem a crescente desigualdade no sul do país, e ajudam a explicar as muito baixas taxas de aprovação dadas pelos inquiridos do sul, relativamente à gestão económica do governo, particularmente no que se refere à criação de empregos.²⁸

Paralelamente a esta desaprovação [popular], o governo enfrenta também um movimento laboral bem organizado que protestou vigorosamente contra os cortes na mão-de-obra verificados nos últimos anos e, para reforçar as suas exigências, lembrou as promessas feitas aos trabalhadores durante os anos do regime socialista. Condenou igualmente a «racionalização» ocorrida em

grandes empresas públicas (nomeadamente na administração dos portos e na rede ferroviária) e a discriminação contra os trabalhadores moçambicanos em resultado do aumento da contratação de pessoas estrangeiras nos novos sectores privatizados. Por conseguinte, o desemprego constitui, sem dúvida alguma, um dos maiores desafios enfrentados pelo partido governante. Além disso, visto que muitos dos recentes cortes laborais nos portos e na rede ferroviária efectuaram-se no centro do país, onde a Renamo detém a maioria dos assentos parlamentares e controla o governo municipal da Beira, o novo governo nacional terá também de encetar delicadas negociações com os funcionários públicos da Renamo, de forma a estabelecer uma relação de trabalho, ao nível local, sobre este tema.

Para além das capitais nacional e provinciais, a situação é precária. Apesar da taxa de crescimento consistentemente elevada de cerca de 8% por ano, ao longo dos últimos cinco anos, as estatísticas disponíveis sugerem que aproximadamente 54% dos moçambicanos ainda vive abaixo do limiar da pobreza. A maioria da população continua a viver em zonas rurais, a trabalhar na agricultura, e a ganhar um rendimento per capita entre os 210 e os 860 dólares por ano, dependendo da zona do país onde vivem. A maioria não tem electricidade e água canalizada, e não tem acesso a cuidados adequados de saúde e educação. Persistem também as desigualdades com base no sexo. A baixa produtividade e a variação dos preços mundiais das culturas comercializáveis agravam ainda mais as condições de vida no campo.²⁹

A piorar a situação, há a SIDA, que tem uma taxa de incidência nacional de cerca de 15% (dados de 2005); estima-se que, até 2010, irão morrer 1.300.000 pessoas, mesmo recorrendo ao uso de terapias anti-retrovirais. Este número é idêntico ao número de vidas humanas perdidas devido à guerra ou a causas relacionadas, entre 1977 e 1992 e, tal como sucedeu antes, terá um impacto devastador nas famílias moçambicanas, aumentando o número de órfãos e viúvos. Estima-se que isto irá reduzir a expectativa de vida de 10 a 36 anos de idade em 2010. Tais perdas humanas irão também afectar negativamente a taxa de crescimento devido à perda de produtividade e de capital humano.³⁰

As nomeações do Presidente Guebuza para os cargos ministeriais e para os governos provinciais indicam que ele está consciente da diferenciação e da fragilidade económica, e que poderá ter planos para fazer algo relativamente a este tema. Muitos dos ministros e seus adjuntos, incluindo Felício Zacarias, Helena Taipo, José Pacheco e Soares Nhaca, têm vasta experiência nas províncias e nos distritos fora da capital, tendo exercido, nos últimos anos, como ministros ou governadores provinciais. Eles trazem ao governo uma aguçada consciência e um conhecimento pormenorizado de problemas relacionados com o desemprego, estradas, mercados, preconceitos contra as mulheres e

pobreza nas zonas rurais.³¹ O governo está regionalmente equilibrado, a todos os níveis, tendo igual representação do sul, do centro e do norte do país. As mulheres constituem 27% do gabinete ministerial. Além disso, tanto o ministro como o ministro-adjunto do trabalho têm vasto conhecimento das condições dos trabalhadores em todo o país. O ministro-adjunto do trabalho, Soares Nhaca, foi o anterior líder do movimento nacional dos sindicatos, e a sua presença será fundamental para atenuar as queixas dos trabalhadores. Estas nomeações sugerem que Guebuza está a levar a sério as desigualdades e os desequilíbrios do país.

Contudo, ficou bem claro no primeiro discurso do Presidente Guebuza que os seus planos para realizar esta tarefa não irão incluir a criação de um Estado para o desenvolvimento, a redistribuição da riqueza ou a promoção de formas colectivas de produção, como sucedeu nos anos que se seguiram à independência. Pelo contrário, ele espera que os próprios moçambicanos tenham o papel principal. Como ele afirmou, «...não deverá haver nenhum Moçambicano, independentemente da sua filiação política, crenças religiosas, origem étnica, raça, sexo, idade ou condição física, que seja incapaz de providenciar a si e aos seus dependentes, a partir do seu próprio trabalho, um conjunto de condições básicas para a sua subsistência, o seu bem-estar e a sua dignidade».³² Portanto, uma ética de trabalho Protestante substituiu, agora, a retórica socialista de ontem, enquanto o partido da libertação e um dos seus principais protagonistas permanecem com o controlo firme do Estado.

Uma visão para Moçambique: a cabra, o caranguejo ou a abelha?

Em 2000, moçambicanos de todos os quadrantes sociais e culturais participaram numa série de discussões nacionais para avaliar os aspectos positivos e negativos do país, o peso do seu passado, os seus potenciais para o futuro, e as esperanças e os receios dos seus cidadãos. Ao longo destas discussões, que resultaram na formulação de uma visão nacional para Moçambique chamada Agenda 2025, os moçambicanos foram chamados a imaginar quatro cenários possíveis para o seu futuro: desde uma visão muito negativa, chamada Cenário da Cabra, a outra visão muito romântica, chamada Cenário da Abelha. O cenário da cabra, semelhante a um pesadelo, visiona um país caracterizado pela corrupção, intolerância política, enriquecimento individual, exclusão social e eventualmente guerra. No outro lado do espectro, o cenário da abelha imagina um país produtivo, onde a participação dos cidadãos era valorizada, onde prevalecia um sentido de justiça social, e onde o crescimento económico era mutuamente benéfico para todos os cidadãos.

Embora os participantes reconhecessem que a situação actual de Moçambique não era tão má como a do cenário da cabra, ela também não se

aproximava do cenário da abelha. Pelo contrário, aproximava-se mais da terceira visão, o Cenário do Caranguejo, no qual o país exibía tendências contraditórias. As políticas e os decisores políticos vacilavam no seu empenhamento para o bem-estar geral e, conseqüentemente, o país alcançava melhorias nalgumas áreas como a educação ou o crescimento económico, mas registava recuos noutras áreas. Neste cenário, falta ao país uma direcção e um diálogo construtivo entre os políticos, os partidos e a população, entre os pequenos proprietários e os grandes investidores comerciais, ou entre os patrões e os empregados. A instabilidade social e a corrupção são endémicas, não raras, e o acesso desigual aos recursos e ao poder constituem a norma.³³

Infelizmente, não há uma única variável que possa, só por si, conceder um cenário mais brilhante a Moçambique. Os progressos alcançados na economia global, a obtenção de estabilidade económica, melhor governação, desenvolvimento das infra-estruturas e do capital humano, a concretização da justiça social, e a redução da discriminação sexual, são apenas alguns dos factores que a Agenda 2025 destaca como necessários para alcançar um futuro melhor. Entre estes factores, vale a pena demorar-nos um pouco mais na influência da economia global. Devido à privatização e a uma estratégia económica orientada para as exportações, actualmente o destino de Moçambique depende muito do que se passa fora do país. Embora as exportações tenham crescido significativamente nos últimos cinco anos, apenas um produto, o alumínio, produzido pela Mozal I e II, constitui o grosso desta rubrica. Além disso, o investimento estrangeiro constitui a maioria do valor do investimento total do país, destinando-se preferencialmente a mega-projectos como o complexo de ferro e aço, minas, turismo, no sul do país. Estes projectos não promovem necessariamente o desenvolvimento local e a sua localização faz pouco para aliviar os desequilíbrios económicos regionais. Entre os dez maiores investidores no país incluem-se a África do Sul, a Ilha Maurícia e o Zimbabué, e os obstáculos ou os desafios nestes países têm, também, efeitos que se contagiam ao resto da região. A estagnação económica na África do Sul e a continuação da instabilidade política no Zimbabué podem influenciar a dimensão e a qualidade dos investimentos futuros em Moçambique.

Contudo, claramente, os actores políticos e os cidadãos moçambicanos têm de desempenhar papéis-chave na determinação do futuro panorama. Através de uma liderança exemplar, cooperação, criação de um clima de confiança e de políticas que aumentem o bem-estar geral, não apenas o Presidente e o partido governante, mas também os partidos da oposição dentro e fora do parlamento, podem contribuir significativamente para construir um futuro mais promissor para os moçambicanos. Além disso, o cidadão comum terá de desempenhar um papel importante no alcance desse sonho, não apenas por-

que as políticas do século XXI o exigem, mas também porque apenas ele pode forçar os legisladores a serem responsáveis. Há sinais evidentes de que os cidadãos irão fazer a sua parte. A sua participação aumentou dramaticamente na última década. Votaram em três eleições nacionais e duas eleições municipais. Aderiram a associações comerciais e agrícolas, formaram e mantiveram cooperativas. Lutaram por uma legislação fundiária mais justa e denunciaram as fraudes eleitorais e a violência da campanha. Este empenhamento crescente e diverso poderá decidir se será a cabra ou a abelha a simbolizar a trajectória do desenvolvimento de Moçambique nos próximos anos.

Notas

- 1 Ver Michael Bratton e Robert Mattes, «Democratic and Market Reforms in Africa: What the «People» Say» (Afrobarometer Working Paper, nº 5, 15 de Dezembro de 2000), sobre um inquérito das atitudes populares relativamente à democracia em África, realizado em seis países africanos [<http://www.afrobarometer.org/papers/AfropaperNo5.pdf>].
- 2 Nicholas van de Walle, *African Economies and the Politics of Permanent Crisis, 1979–1999* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), p. 244; Carrie Manning, «Competition and Accommodation in Post-Conflict Democracy: The Case of Mozambique» (*Democratization*, Vol. 8, nº 2, Verão de 2001), p. 142.
- 3 Para uma descrição detalhada de como decorreram as irregularidades eleitorais, ver AWEPA, «Boletim sobre o processo político em Moçambique», [<http://www.mozambique.mz/awepa/issues.htm>].
- 4 O Centro Carter é uma organização internacional de direitos humanos fundada em 1982 pelo ex-Presidente norte-americano Jimmy Carter, e pela sua esposa, Rosalynn Carter. Para além dos projectos no âmbito da prevenção de doenças e da mediação de conflitos em países em vias de desenvolvimento, o Centro já monitorizou mais de 50 eleições em 24 países. Convidado pelo governo de Moçambique para observar as eleições gerais de 2004, o Centro Carter enviou uma delegação de 60 observadores de curto e longo prazo, presidida por Jimmy Carter, Rosalynn Carter e pelo ex-Presidente do Benin, Nicéphore Soglo, para monitorizar as eleições nas dez províncias e na cidade de Maputo.
- 5 Electoral Institute of Southern Africa (EISA), «Election Observer Mission to the 2004 Mozambican Presidential Elections» (Interim Statement, Maputo, 4 de Dezembro de 2004), [<http://www.eisa.org.za/wep/moz2004is.htm>].
- 6 Inge Ruigrok, «Mozambique's 2004 General Elections» (Situation Report, Institute for Security Studies, 3 Fevereiro 2005), p. 6, [<http://www.iss.org.za/AF/current/2005/050203Moz.pdf>].
- 7 João Pereira, Inês Raimundo, Annie Chikwanha, Alda Saúte e Robert Mattes, «Eight Years of Multiparty Democracy in Mozambique: The Public's View». (Afrobarometer Working Paper, nº 30, Agosto de 2003), pp. 6–8, [<http://www.afrobarometer.org/papers/AfropaperNo30-final-2.pdf>].
- 8 Sharon Lean, «Election Monitoring in Latin America: The Transnational Politics of Democracy Promotion.» (Tese de Doutoramento, University of California, Irvine, 2004), pp. 35–9.
- 9 «Council Endorses October Elections, New Parliament Installed» (*United Nations Chronicle*, Vol. 32, nº 1, Março de 1995), pp. 13–6; «Postelection Statement on Mozambique Elections», (Carter Center, 4 de Dezembro de 2005), [<http://www.cartercenter.org/doc1993.htm>]; e, «Postelection Statement on Mozambique Elections», (Carter Center, 26 Janeiro 2005), [<http://www.cartercenter.org/doc1999.htm>].
- 10 Leslie Anderson, e Lawrence Dodd, *Learning Democracy: Citizen Engagement and Electoral Choice in Nicaragua, 1990–2001* (Chicago: Chicago University Press, 2005).
- 11 Para uma análise detalhada do escândalo bancário, ver Joseph Hanlon, «Bank Corruption Becomes Site of Struggle in Mozambique»

- (*Review of African Political Economy*, Vol. 29, nº 91, Março de 2002), pp. 53–72.
- 12 Anne Pitcher, *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975–2000* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002), p. 47; William Finnegan, *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique* (Berkeley: University of California Press, 1992), p. 191.
- 13 Isabelle Verdier, *Mozambique: The Top 100 People* (Paris: Indigo Publications, 1996), p. 76.
- 14 Finnegan, *op. cit.*, p. 191.
- 15 Marcello Mosse, «Armando Guebuza: The new Frelimo candidate» (*African Security Review*, Vol. 13, nº 1, 2004), pp. 79–82.
- 16 Economist Intelligence Unit (EIU), *Country Report: Mozambique* (Londres: EIU, Julho 2004), pp. 7 e 15.
- 17 Análise as dinâmicas deste processo em *Transforming Mozambique*.
- 18 Ministério da Agricultura, «Mapa das Empresas Alienadas no Ministério da Agricultura em 23 de Maio de 1995» (Maputo, 18 de Maio de 1995, mimeo).
- 19 «Mais alguma informação sobre a portagem», *Metical*, 580 (8 de Outubro de 1999); *Boletim da República* (III Série, nº 1, 5 de Janeiro de 2000), pp. 8–10; *Boletim da República* (III Série, nº 10, 7 de Março de 2001), pp. 253–4; *Boletim da República* (III Série, nº 11, 14 de Março de 2001), p. 290; Pitcher, *Transforming Mozambique*, pp. 160 e 163; Mosse fornece detalhes sobre as participações empresariais de Guebuza em «Corrupção em Moçambique: Alguns elementos para debate» (2004, mimeo), pp. 10–6.
- 20 Citado em Mosse, «Corrupção», pp. 10–2.
- 21 Pereira, Raimundo, Chikwanha, Saúde e Mattes, *op. cit.*, pp. 15–6.
- 22 Mozambique News Agency, «President Chissano hands over to Guebuza» (*AIM Reports*, nº 292, 3 de Fevereiro de 2005), [http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim292.html#story1].
- 23 Mosse, «Corrupção», pp. 16–22.
- 24 John Katzenellenbogen, «The past and future lives of «Mr. Gue-business»,» (*Business Day*, 24 de Dezembro de 2004), p. 3, retirado do LexisNexis (9 de Março de 2005).
- 25 Mozambique News Agency, «Interior Minister to Battle Corruption» (*AIM Reports*, nº 293, 16 de Fevereiro de 2005), [http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim293.html#story3]; *Idem*, «President Guebuza demands better performance from justice sector» (*AIM Reports*, nº 294, 4 de Março de 2005), [http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim294.html#story3].
- 26 EIU, *Mozambique*, p. 20.
- 27 Prakash Ratilal, «Percepções sobre a Economia», in Brazão Mazula (ed.) *Moçambique: Dez Anos de Paz* (Maputo: Centro de Democracia e Desenvolvimento, 2002), pp. 253–97.
- 28 Pereira, Raimundo, Chikwanha, Saúde e Mattes, *op. cit.*, pp. 13–6.
- 29 Documento preliminar, versão para debate público, Comité de Conselheiros, «Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação» (25 de Junho de 2003), pp. 40–1.
- 30 República de Moçambique, «Review of the Economic and Social Plan for 2003» (Março de 2004), pp. 26–31.
- 31 AWEPA, «Mozambique Political Process Bulletin», (17 de Fevereiro de 2005).
- 32 Mozambique News Agency, «President Chissano hands over to Guebuza».
- 33 Comité de Conselheiros, *op. cit.*